**REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA
FUNDIÁRIA NO PANTANAL
MATO-GROSSENSE: OS ASSENTAMENTOS
DA REFORMA AGRÁRIA CORIXINHA,
KATIRA, ÁGUA BOA E BOM SUCESSO
EM CÁCERES-MT**

*Onélio Carmem Rossetto
Mileny Batista de Souza*

REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO PANTANAL MATO-GROSSENSE: OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA CORIXINHA, KATIRA, ÁGUA BOA E BOM SUCESSO EM CÁCERES-MT

*Onélia Carmem Rossetto*²

*Mileny Batista de Souza*³

RESUMO

As áreas rurais do Pantanal Mato-grossense caracterizaram-se durante longo tempo pela presença das grandes fazendas oriundas das sesmarias, sistema caracterizado pelas doações de terras destinadas à lavoura e à pecuária, vigente no país a partir de 1532 e em Mato Grosso a partir de 1727. Atualmente, com a Política Nacional de Reforma Agrária, a região pantaneira tem passado por uma nova organização territorial através da criação de assentamentos rurais. Diante do contexto apresentado, este artigo busca caracterizar os assentamentos resultantes do processo de reforma agrária no Pantanal de Cáceres-MT com base em estudos de caso realizados nos assentamentos Corixinha, Katira, Bom Sucesso e Água Boa, localizados na faixa da fronteira Brasil-Bolívia. A metodologia empregada consistiu na pesquisa de dados secundários e documentais e coleta de dados primários em campo. O Pantanal de Cáceres, integra o contexto mundial de áreas úmidas de extrema importância para manutenção de diversas formas de vida, além de abrigar múltiplos saberes relacionados a diferentes povos. Nesse contexto, as características atuais do Pantanal resultam das ações da comunidade local e dos programas/políticas públicas que influenciam as transformações contemporâneas nos municípios pantaneiros.

Palavra-chave: Pantanal; Estrutura Fundiária; Assentamentos Rurais; Fazendas Pantaneiras

INTRODUÇÃO

No território brasileiro, o Programa Nacional de Reforma Agrária é um conjunto de políticas públicas que beneficiam milhares de famílias rurais. Seu objetivo é promover a democratização ao acesso da terra, por meio de obtenção e destinação de terras aos trabalhadores rurais gerando trabalho, renda e melhores condições de vida.

¹ Artigo resultante das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto *Gente Pantaneira: Transformações no Modo de Vida e Sustentabilidade Ambiental* - Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária, Conservação da Biodiversidade e Pantanal (GECA-UFMT).

² Professora Doutora do Departamento de Geografia - UFMT; Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

³ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Geografia - UFMT - Bolsista Programa de Iniciação Científica - PIBIC.

Com base no Programa Nacional de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em parceria com órgãos públicos, estaduais e municipais e sociedade civil organizada elaborou o Segundo Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso - II PRRA-MT.

Os principais objetivos do II PRRA-MT/2005 consistem em indicar ações, procedimentos, instruções e instrumentos adequados à execução da reforma agrária no Estado por meio da desapropriação por interesse social de imóveis improdutivos, retomada de terras públicas ocupadas irregularmente, dessa forma, visa democratizar o acesso a terra, gerar emprego e renda e promover a igualdade de gênero e etnias.

Inserido nesse contexto, os municípios do Pantanal Mato-Grossense, antes caracterizados pela presença de grandes fazendas onde se praticava a pecuária extensiva, passam a ser alvo das políticas de reforma agrária que conduzem a uma significativa reorganização da estrutura fundiária. No bojo dessas transformações, ressalta-se o processo de modernização que envolve mudanças substanciais no modo de vida, nas relações de trabalho e no sistema de acesso e posse da terra.

Tais alterações manifestam-se concretamente no espaço geográfico com a progressiva criação de assentamentos rurais nos municípios pantaneiros, entre eles no município de Cáceres-MT localizado na porção sudoeste do Estado (16° 04' 14" de lat. Sul e a 57° 40' 44" de long. Oeste) no ponto de confluência entre o rio Paraguai e as rodovias BR-070, BR-174 e BR-364, mesorregião do sudoeste mato-grossense, microrregião do Alto Pantanal, na fronteira do Brasil com a Bolívia (MATO GROSSO, 2005).

Atualmente em Cáceres concentra-se dezoito assentamentos da reforma agrária com destaque para os Assentamentos Corixinha, Katira, Bom Sucesso e Água Boa localizados na faixa de fronteira Brasil-Bolívia, área de estudo do presente trabalho. Os referidos assentamentos constituem uma amostra significativa do reordenamento da estrutura fundiária que vêm ocorrendo no Pantanal Mato-Grossense.

Diante do contexto apresentado, este artigo busca caracterizar os assentamentos resultantes do processo de reforma agrária no Pantanal de Cáceres-MT com base em estudos de caso realizados nos Assentamentos Corixinha, Katira, Bom Sucesso e Água Boa, fronteira Brasil-Bolívia. A metodologia empregada consistiu na pesquisa de dados secundários e documentais e coleta de dados primários em campo

Na primeira seção, apresenta breve histórico da estrutura fundiária no Pantanal de Cáceres desde o período das Sesmarias. Na seqüência, caracteriza as transformações contemporâneas nos municípios pantaneiros destacando os Assentamentos da Reforma Agrária como resultado do processo de modernização da estrutura fundiária do Pantanal.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO PANTANAL DE CÁCERES: BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

O município de Cáceres constitui-se em um marco na consolidação das fronteiras coloniais da porção oeste do Brasil. O Rio Paraguai e seu afluente o Rio Juruá foram pontos demarcadores para o Tratado de Madri, em 1750, que buscava delimitar os territórios portugueses e espanhóis na América (SOUZA JÚNIOR, 1954).

Inicialmente as terras eram divididas em Sesmarias, distribuídas por seis delegados municipais denominados sesmeiros e a taxa referente ao seu uso, a sesma, consistia na sexta parte do produto retirado da terra. Recebiam as sesmarias pessoas que comprovassem terem condições de nelas trabalhar, ou seja, cidadãos com posses e escravos.

Nesse contexto surgem as grandes fazendas pantaneiras entre Cuiabá e Vila Maria (Cáceres), avançando pela bacia do Rio Paraguai, em direção à fronteira com a Bolívia. Nas palavras de Corrêa Filho (1955),

[...] generalizava-se como unidade territorial nessas paragens, a sesmaria de uma légua de frente por três de fundo, equivalente a 13.068 hectares. Raramente, porém, cada proprietário rural contentar-se-ia com uma única indicativa de comedidas aspirações. Adquirida mediante concessão do governador, a primeira sesmaria que servisse de núcleo, em torno dela seriam requeridas as terras contíguas, até que perfizessem conjunto grandioso... (op. cit., p. 20).

Os proprietários raramente possuíam os títulos das sesmarias, entretanto suas divisas eram respeitadas pelos vizinhos longínquos. O sistema de Sesmaria e a posse gratuita de terras foram alterados pela Lei de Terras em 1850 (Lei n.º 601) que buscava organizar a estrutura fundiária brasileira. Para os grandes proprietários pantaneiros, a referida lei reconheceu o direito "...daqueles que exibissem escritos particulares de compra e venda ou provassem posse mansa e pacífica decorrente da ocupação primária" (CORRÊA FILHO, 1955, p. 22).

As grandes fazendas pantaneiras, principalmente aquelas localizadas nas feições geomorfológicas mais altas, aliaram a produção agrícola e a pecuária. Arruda (1938), ao descrever as propriedades da região de Cáceres, menciona que "... é feita a lavoura de cereais em grande escala, não só para os seus consumos, como também para a venda [...] havendo também nelles criação de gado cavallar e vaccum" (op. cit., p. 179).

As formas de acesso à terra contribuíram para que as paisagens do sudoeste

mato-grossense fossem marcadas pela presença das grandes propriedades. Rossetto e Brasil Júnior (2002) descrevem aspectos da ocupação das paisagens pantaneiras de Cáceres tecendo uma analogia a elementos da cultura material: o berrante e a enxada, pois o extrativismo vegetal, a agricultura e a pecuária foram as principais atividades econômicas que impulsionaram as transformações na paisagem natural.

O principal produto extrativista vegetal retirado das áreas rurais do pantanal foram as raízes da ipecacuanha, ipeca ou poaia (*Cephaeles Ipecacuanha*) espécie nativa do Alto Paraguai, encontrada na zona dos rios pantaneiros denominados Bugres, Jauru, Sepotuba, Cabaçal e Paraguai (BORGES, 1991).

Sua exploração data do século XVIII, ocorrendo grande impulso no século XIX mediante exportações para a Europa. No Estado de Mato Grosso, as matas de poaia localizavam-se nos municípios de Barra do Bugres, Cuiabá, Vila Bela e Cáceres que, segundo Siqueira (1990) começaram, no século XIX e primeira metade do século XX, um intenso movimento agrícola e comercial devido à sua extração e comercialização.

O uso industrial das raízes da poaia, ricas em uma substância denominada emetina, destinava-se à produção de medicamentos utilizados no tratamento de disenterias, bronquites e coqueluche. A poaia serve de alimento aos pássaros que, ao defecarem as sementes, contribuem para sua proliferação.

Durante a primeira metade do século XIX, período tido como de estagnação econômica em Mato Grosso, sua exploração foi muito significativa. Após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1870), com a abertura da navegação pelo rio homônimo, a situação se manteve, reduzindo-se a colheita ao distrito de Vila Maria, atual São Luís de Cáceres.

As áreas onde existiam matas de poaia eram imensos latifúndios, arrendadas por empresas de capital nacional e/ou internacional, onde era exercida apenas a referida atividade extrativista.

Os poaieiros eram contratados como trabalhadores temporários, suas remunerações correspondiam à quantidade de sacas de poaia extraída. Os instrumentos utilizados para o trabalho eram o “facão” para abrir o caminho no interior da mata, o “saraquá”, ferramenta pontiaguda utilizada para retirar as raízes do solo e uma mochila de couro ou lona denominada “sapiquá”, para armazenar as raízes.

A permanência nas matas durava até seis meses, nesses locais os poaieiros construía seus ranchos com camas e jiraus a certa altura do chão para protegerem-se das águas e da umidade. A poaia era extraída principalmente na época das chuvas ou da vazante,

agora no mês de abril, tinha a planta frutos quasi maduros. A colheita da raiz é feita pelos índios e pelos negros escravos dos

fazendeiros da vizinhança, durante o ano todo, porém especialmente logo depois do tempo das chuvas, porque do solo úmido mais facilmente se arrancam essas raízes. Os índios pouco se preocupam com o replantio do arbusto, e na sua tradicional imprevidência arrancam fora, sem discernimento todas as raízes de que se apoderam pelo que em breve vai haver falta dessa apreciada raiz medicinal, si não cuidarem de fazer viveiros com suas sementes (CORRÊA FILHO, 1945, p. 84-5).

Os impactos ambientais dessa atividade extrativa sem medidas mitigadoras como o reflorestamento resultaram na extinção da poaia dos locais mais explorados. O governo do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de incentivar seu replantio, criou uma lei, promulgada em 1918, com medidas que incentivavam o seu cultivo, instituindo um prêmio para pessoas ou empresas que a cultivassem sistematicamente nas terras de mata banhadas pelo Rio Paraguai, seus afluentes ou sub-afluentes.

Os requisitos para concorrer ao referido prêmio seriam o cultivo em áreas maiores de quatro e menores que dez hectares; cada hectare deveria conter no mínimo 100.000 pés de poaia. Segundo Borges (1991) não se soube se alguém tivesse recebido o prêmio. Atualmente a poaia encontra-se praticamente extinta da paisagem natural pantaneira.

Os rebanhos bovinos foram trazidos para o Estado de Mato Grosso em 1737 (BORGES, 1991; SIQUEIRA, 1997). O bovino pantaneiro é oriundo da Península Ibérica, local com condições climáticas bastante diferentes das áreas tropicais dos pantanais. As raças foram adaptando-se às condições ecológicas da região, passando por mudanças comportamentais e físicas de uma geração para outra.

Segundo Mazza et al. (1994), através do processo de adaptação evolutiva e da ação da seleção natural, os bovinos de origem ibérica originaram um tipo local, característico da baixada paraguaia, regionalmente conhecido como gado pantaneiro, gado cuiabano, ou mais recentemente, “tucura”.

Durante o período colonial não se observa grandes avanços na pecuária. Corrêa Filho (1946) afirmava que o gado de Mato Grosso abastecia o consumo local e não compensava escoar o excesso de produção devido aos altos custos das comitivas que transportavam as boiadas.

Os rebanhos eram criados soltos na imensidão das fazendas pantaneiras, que raramente possuíam cercas para delimitá-las e seu manejo incipiente consistia na

[...] marcação das crias novas, com o sinal nas orelhas, por meio de cortes padronizados, a ferra, que lhes deixava gravado a fogo, na anca direita, o símbolo da fazenda, a castração dos marruais, já

impróprios à função reprodutora, e dos tourinhos destinados à engorda, constituíam quase o trabalho exclusivo dos vaqueiros [...]. O restante dos cuidados confiavam à natureza previdente [...] (CORRÊA FILHO, op. cit., p. 112).

No período provincial essa atividade demonstrou grande desenvolvimento. A partir da análise de taxas de exportações de gado vacum, carne seca, chifres e crinas, Borges (1991) afirma que a pecuária contribuía com mais da metade das exportações realizadas.

Siqueira et.al. (1990) explicita que, após a abertura da navegação pelo Rio Paraguai em 1856, Mato Grosso começou a exportar a poaia, o couro bovino e a importar mercadorias pela bacia do Rio da Prata, no entanto, para o gado em pé, esta via de escoamento pouco serviu, pois os custos eram muito elevados.

O transporte e escoamento do gado foi facilitado com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), inaugurada em 1914, que ligava São Paulo (Bauru) ao atual Mato Grosso do Sul. As boiadas saíam das regiões pantaneiras e percorriam as extensas estradas de terra para engordar nas invernadas de Minas Gerais e São Paulo, onde eram abatidas e beneficiadas:

A chegada da Ferrovia Noroeste do Brasil - a NOB - transforma rapidamente a economia regional e sua inserção no contexto brasileiro. Até o final do séc.XIX, o transporte fluvial dominava as relações de intercâmbio entre o Norte e o Sul e a economia platina e, além, com o resto do Brasil, onde as cidades portuárias de Cuiabá e Corumbá concentravam toda a comercialização da economia, o que lhes conferia prestígio político e poder (...). A NOB foi construída com capital brasileiro e franco-belga. Seu primeiro traçado partia de Bauru e se destinava a Cuiabá, mas foi alterado em direção a Corumbá pelos interesses da Bolívia em integrar a ela suas linhas férreas num plano continental de ligação entre o Atlântico e o Pacífico. Em 1914 a estrada chega a Campo Grande, sendo que posteriormente é construído o ramal que liga Campo Grande a Ponta Porã, concluindo-se as ligações com a Bolívia e o Paraguai (MACHADO, 1997, p. 22-3).

A melhoria das vias de escoamento da produção pecuarista estimulou a indústria do charque em Mato Grosso, inclusive através da presença de capital internacional na região de Cáceres, onde, em 1874, foi implantada a fazenda Descalvados, localizada às margens do Rio Paraguai, Descalvados foi uma das mais impor-

tantes industrias de extrato de carne e caldo da província de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1946; SIQUEIRA, 1990).

Atualmente, Descalvados encontra-se desativada e parte do histórico patrimônio arquitetônico encontra-se em ruínas, a fazenda pertence a uma família residente em Cáceres, que transformou a casa principal em uma pousada.

Durante a pesquisa de campo, localizou-se um pantaneiro tradicional que trabalhou durante a infância na fazenda Descalvados e registra-se aqui parte do seu relato:

... tinha bororada que morava no Descalvado todo serviço que nós fazia ele fazia; tinha turma de campo, da foice, limpeza de pasto; fazê cerca. Todo mundo trabaiava: bororo, bugre; lá não tinha aldeia, morava no galileu, tal de galera, hoje tá tapera; lá tinha umas trinta casa, mas tudo trabalhava lá.

Aquele bororo é crioulo daquela lugar; hoje já esparromou tudo, hoje cabou tudo. Aquele povo que era do Descalvado não tem mais nenhum, tão tudo esparramado pela cidade, pelas grebas, um pouco já morreu, na cidade tem muito destes bororos nativos de lá.

Esse povo era o povo que segurava a fazenda; os patrão mandava: você vai fazer tar serviço, vai morar em tar parte e eles iam; vai sua família, o bugre não falava que não...(...). Retiro tinha bastante: tinha São Pedro, São Sebastião, São Jorge, Marco doze, Sucuri, Santo Antonio, Jacaré, (tudo este retiro tinha gado) a gente saía de um retiro e ia pro outro trabalhando bezerro, marcando o gado pra boiada, gado gordo...

Quem desobedecia as normas eles acertava a conta deles e eles pegava o rumo dele, mas também não era todo o pessoar que guentava; se ele guentava vinte dia ele guentava dois mês, ele guentava um ano. O serviço lá era duro (...) eu trabaiava vaqueiro de campo eu levantava uma hora da madrugada. Tinha cento e poucos homens que trabaiava lá. Os vaquero tudo tinha casa; lá tapera tem bastante. Tudo aqueles que tinha família, as família ficavam ali na sede e os campero ia pro campo; ia trazê boiada, o vaquero ficava vinte a trinta dia no campo. Saía de um retiro ia pro outro, outra comitiva ia pro outro, quando juntava a comitiva toda aí ficava aquele povão, cada uma de oito, dez, doze homem, não tinha quantia; quem guentava, guentava, quem não guentava pedia as contas. Tinha uma escola que ensinava as criança ...

Uma hora da madrugada, o rapaz que cuidava da tropa, ajuntava cinqüenta a sessenta cavalo pra dar milho; era finado Ramão e outro companheiro; serviço dele era só esse, podia chover pau, podia chover pedra, cheio, seca tinha que guentá (...). Duas hora da madrugada nós muntava no Descalvado, botava o boi sinuelo, nós caía naquele mundo, cavalo com água pa canela, pa barriga do cavalo; ... nós ia amanhecê uma légua ou mais de uma légua, nós ia pegá gado que tava no aterro; muita veis quando a senhora chegava no aterro só tinha o gado mais fraco, o gado mais forte já tinha ido embora; comendo foia de pombero pastando, ajuntava toda a comitiva, todo mundo pegando gado pa embarque, trabalhando bezerro, a água chegava a dois metro de fundura. O que não fartava lá era o que comê! o cara trabaia lá! Trabaia memo! Mas também nunca fartava nada de comê: carne, farinha (argum retiro que ia argum cozinheiro) aí fazia feijão, arroz. Porque lá nem mandioca dava; porque quando tinha no São Sebastião ia buscá no São Sebastião quatro légua de lá; carne, farinha e a tar do mate; esse sim; a senhora tava trabaia lá no currar, tinha um fogueirão rodeado de espeto de carne; juntava duas comitiva era duas vacas por dia...

Se arguém ficasse doente mandava fazê chá de vassourinha! Eu sarei com sarmora e chá de vassourinha, eu quebrei essa pá aqui, esse osso aqui; quebrô, virô um buraco, aí saro com chá de vassourinha e sarmora; eu teve quarenta dia andando baixado assim como onça; machuquei tudo; sarmora ; machucava ele falava: isso é bom, bebe! Quero ver dona! médico, nunca vi médico por lá! Não tinha nem cartera de trabaio; ganhava salarinho poco memo! inda quando era mir réis, o peão bom ganhava três mir réis, no mais eu cheguei até ganhá 500 reis, quantas tarefas eu não tirei por 500 réis; era difícir o que ganhava 4 mir réis; quem ganhava isso era um capataz; a pionada ganhava dois mir réis, mir e quinhentos; eu fui criado nessa vida... (depoimento do sr. José Arves da Silva, conhecido como Zé Batista)¹

Segundo o depoimento transcrito, a mão-de-obra indígena sempre foi utilizada e as relações de trabalho obedeciam as leis locais. A vida para os trabalhadores do

¹Entrevista feita em julho de 2001 e o sr. Zé Batista faleceu em outubro do mesmo ano. Optou-se por registrar o nome do informante em agradecimento às valiosas contribuições para efetivação da presente pesquisa.

Descalvados obedecia o ritmo imposto pelas sucessivas administrações da fazenda e sua permanência estava atrelada à coragem para enfrentar as condições naturais adversas que dificultavam o trabalho no campo.

Atualmente, segundo os relatos orais, residem nos pantanais os descendentes dos estrangeiros que comandavam a fazenda Descalvados, pois estes, no linguajar local “... *amigaram aí e depois voltaram e esses filhos ficaram aí. (...), senhora desce esse pantanar e fala assim: esse aqui é neto do gringo, todos parece com ele, são brancão, alto...*” (depoimento de um entrevistado).

Em meados do século XIX, Mato Grosso com um rebanho de 2.690.454 cabeças, passou a ser considerado o quarto maior rebanho bovino brasileiro, depois do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás. Neste montante o município de Cáceres contribuía com 123.779 cabeças. A esse respeito, Borges (1991) informa que:

O crescimento da pecuária em Mato Grosso nem sempre foi um resultado das medidas aplicadas pelo governo, mas antes um resultado da incorporação cada vez maior de novas terras. As principais propriedades territoriais destinadas à criação em Mato Grosso foram controladas por companhias estrangeiras, que agiram na forma de monopólios e tornavam mais intensos os processos de concentração fundiária (op. cit., p. 87-8).

Com a melhoria do transporte via férrea e a ascensão dos preços do gado bovino, por volta de 1930 (CORRÊA FILHO, 1946), alguns fazendeiros passaram a aprimorar o manejo do gado proporcionando-lhes rações periódicas de sais minerais e limitando os campos com cercas de arame para evitarem a dispersão dos rebanhos, facilitando o trabalho de campo. Nessa época, muitos migrantes foram atraídos para os pantanais e alguns fazendeiros, empolgados pelas ofertas, venderam suas propriedades ou parte delas, contribuindo assim para a desagregação dos imensos latifúndios.

As transformações descritas não atingiram todas as propriedades, nas fazendas pantaneiras do sudoeste mato-grossense, distantes das vias férreas, as cercas ainda eram raras e o gado ainda era criado solto nos extensos campos, uma vez que seus proprietários não tinham posses para organizarem comitivas e deslocarem a produção excedente.

O Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (BRASIL, 1997-a), define três modalidades de produção pecuarista nos municípios pantaneiros, utilizando como critério o volume das inundações. A primeira compreende a pecuária desenvolvida em regiões constantemente alagadas, ou seja, nas várzeas e nos campos nativos, ocorrendo nos municípios de Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Cáceres.

O referido trabalho refere-se ao “... quadro caótico da pecuária nessas regiões..” (BRASIL, 1997-a, p.14) como resultado da descapitalização dos pecuaristas, dos baixos investimentos na tecnologia, na mineralização e no manejo do rebanho; como correlato, o padrão racial é ruim, os índices zootécnicos do rebanho são baixos devido à pequena taxa de natalidade e ao inferior rendimento da carcaça quando comparado com o dos animais criados nos planaltos.

A segunda classificação compreende as regiões periodicamente alagadas, ou seja, as partes mais altas, onde existe uma melhor exploração do rebanho bovino através de práticas de manejo mais adequadas, com melhor padrão tecnológico. Os principais municípios que apresentam esta forma de pecuária são os citados anteriormente, acrescidos do município de Itiquira, apresentando como característica comum áreas plantadas com forrageiras exóticas.

As fazendas no Pantanal de Cáceres desenvolvem basicamente a pecuária de corte nas fases de cria e recria. Os bezerras são mantidos até por volta de dezoito meses, quando são vendidos para os invernistas residentes no entorno, nos lugares denominados '*campo firme*' que se encarregam da engorda.

ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO PANTANAL MATO-GROSSENSE E REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Para Andrade (1980) o termo Estrutura Fundiária corresponde a uma dada situação, em um momento histórico, quando se observa como está organizada a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração. Condições estas que são o resultado da evolução histórica, das opções políticas e do nível tecnológico em determinada sociedade.

Com a atual Política Estadual de Reforma Agrária, a estrutura fundiária dos municípios pertencentes ao Pantanal Mato-grossense está sofrendo alterações substanciais, as terras consideradas devolutas transformam-se em assentamentos de pequenos produtores rurais (Tab. 1).

Tabela 1 - Total de Assentamentos da Reforma Agrária localizados em Municípios do Pantanal Mato-Grossense

Município	Área	Nº de família	Nº de assentamento
Barão de Melgaço	2.123,00	144	1
Itiquira	5.694,00	80	1
Poconé	20.876,00	684	12
Santo Antônio do Leverger	25.838,00	828	11
*Lambari D' Oeste	-	-	-
Nossa Senhora do Livramento	32.600,00	1214	23
Cáceres	74.629,08	1556	17

Fonte: SEPLAN, 2004 e INCRA, 2007. Organizado por Mileny Batista de Souza.

*não foi encontrado dados sobre criação de assentamentos no município.

A organização da estrutura fundiária de determinado espaço geográfico, assume um papel fundamental nos resultados obtidos pelas explorações agrícolas, devido à influência que tem no aproveitamento da mão de obra e na diversificação das opções produtivas. O espaço rural, “[...] em sendo uma criação humana permanente, é dependente das populações camponesas que nele vivem e cultivam e também de uma parte da burguesia urbana que detém seu domínio imobiliário e político [...]” (PASSOS, 2001, p. 10).

Nesse sentido, as transformações na produção econômica capitalista alteram o espaço agrário via políticas públicas. No caso dos municípios pantaneiros, as ações de reforma agrária transformam o estereótipo da base econômica do Pantanal como área de grandes fazendas de pecuária extensiva. É possível assegurar que a presença dos assentamentos rurais nos municípios pantaneiros transformam seu espaço geográfico e o tornam semelhante às demais regiões rurais do país (Tab. 2).

Tabela 2 - Assentamentos localizados nos municípios pantaneiros de Barão de Melgaço, Poconé, Santo Antonio de Leverger, Itiquira.

Município	Denominação	Área (ha)	Nº de Família Beneficiada	Ato de Criação
Barão de Melgaço	Acorizal	2.123,00	144	Port. Nº 112/02.12. 03
Poconé	Furnas do Buriti	1.062,00	61	1997
	Campo Limpo	1022,00	50	1998
	Agroana / Girau	5.063,00	273	2000
	João Ponce de Arruda	8.005,00	052	Port. N º 092/09.10.00
	Matadouro	80,00	041	Port. N º 082/04.11.03
	Piuval	851,00	020	Port. N º 022/22.06.04
	Morro Cotado	1.008,00	049	Port. N º 023/21.06.04
	Capão Verde I	226,00	014	Port. N º 024/21.06.04
	Água Vermelha	367,00	055	Port. N º 026/21.06.04
	Pantanalzinho	85,00	017	Port. N º 030/21.06.04
	Xafaris	703,00	019	Port. N º 032/21.06.04
	Colônia Figueiral I e II	2.404,00	033	Port. N º 033/21.06.04
Santo Antônio de Leverger	Resistência	2.841,00	120	Port. n º 015/02.03. 98
	Ribeirão da Glória	968,00	38	1999
	Santana do Taquaral	4.982,00	95	1999
	Pontal da Glória	4.188,00	100	2000
	Morro Grande	1.070,00	139	Port. Nº 077/04.11.03
	Brejinho	5.281,00	060	Port. N º 078/04.11.03
	Brejinho III	3.244,00	030	Port. N º 098/04.11.03
	Vale do São Vicente	1.395,00	076	Port. N º 082/04.11.03
	Barranco	939,00	100	Port. N º 027/21.02.04
	Fazenda Pantanalzinho	336,00	040	Port. N º 028/21.06.04
Barra do Aricá	594,00	030	Port. N º 029/21.06.04	
Itiquira	Nossa Senhora do Carmo	5.694,00	80	1998

Fonte: MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN-MT, 2005. Organizado por Mileny Batista de Souza (06 e 07/2006)

Nessa primeira tabela observa-se a criação de vinte e cinco assentamentos entre os anos de 1997 à 2004, sendo doze no município de Poconé, no entanto, o que se destaca em área e famílias assentadas é a de Santo Antônio de Leverger, com oitocentos e vinte oito famílias assentadas em uma área de 25.838 ha.

Já Barão de Melgaço e Itiquira apresentam apenas um assentamento em cada município, o primeiro com uma área de 2.123 ha para 144 famílias e outro com uma área equivalente 5.694 ha para 80 famílias, respectivamente.

O município de Nossa Senhora do Livramento conta por sua vez, com a criação de vinte e três assentamentos, dezessete foram criados no ano de 2003, o que denota uma maior atuação dos órgãos responsáveis pelas políticas de distribuição de terras (Tab.3).

O assentamento denominado Sadia III abrange uma área de 4.722 ha, para cento e cinquenta e uma famílias, correspondendo a aproximadamente 31 ha para cada família. Em contrapartida, Volta do Bananal abriga treze famílias em 43 ha, ou seja, cada família é proprietária de um lote de aproximadamente 3 ha.

Tabela 3 - Assentamentos localizados no município pantaneiros de Nossa Senhora do Livramento

Denominação	Área (ha)	Nº de Família Beneficiada	Ato de Criação
Estrela do Oriente	2.272,00	80	1998
Sadia III	4.722,00	151	1998
Francisco J. Nascimento	4.216,00	120	2001
Nova Esperança	94,00	060	Port. Nº 007/09. 04. 01
Santana	94,00	044	Port. Nº 095/27. 11. 03
Lajinha de Cima	1.467,00	064	Port. Nº 100/02. 12. 03
Volta do Bananal	43,00	013	Port. Nº 101/02. 12. 03
Campo Alegre de Baixo	792,00	054	Port. Nº 102/02. 12. 03
Furnas do Livramento	1.105,00	024	Port. Nº 103/02. 12. 03
Figueiral	1.662,00	074	Port. Nº 104/02. 12. 03
Pai André	1.768,00	026	Port. Nº 105/02. 12. 03
Campinas I	124,00	015	Port. Nº 106/02. 12. 03
Sucuri	182,00	015	Port. Nº 107/02. 12. 03
Quilombo I	1.812,00	034	Port. Nº 108/02. 12. 03
Carrapatinha e Limoeiro	1.805,00	043	Port. Nº 121/18. 12. 03
Cascavel	4.613,00	096	Port. Nº 122/18. 12. 03
Brumado do Livramento	686,00	024	Port. Nº 123/18. 12. 03
Pedra Branca	857,00	018	Port. Nº 124/18. 12. 03
Barreiro e Caninana	1.187,00	059	Port. Nº 125/18. 12. 03
Buriti do Atalho	877,00	031	Port. Nº 126/18. 12.03
Aterrado	385,00	024	Port. Nº 027/18. 12.03
Coxos	1.210,00	096	Port. N ° 031/21. 06.04
Jacaré	627,00	049	Port. N ° 005/17. 02.04

Fonte: MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN-MT, 2005. Organizado por Mileny Batista de Souza (06 e 07/2006)

O município de Cáceres é o que mais apresenta áreas destinadas à reforma agrária, o referido processo de reorganização fundiária data de 1996 com a criação do Assentamento Sadia Vale Verde (Tab.4). Os demais municípios do Pantanal Mato-Grossense passaram a ser alvo da política de reforma agrária somente no ano seguinte.

Tabela 4 - Assentamentos localizados no Pantanal de Cáceres

Denominação	Área(ha)	Famílias Beneficiadas	Ano de criação	Distancia de Cáceres(Km)
Bom Sucesso	433,26	14	18/12/2002	70
Corixo	3.413,18	72	05/04/2001	90
Flor da Mata	1.187,07	20	12/08/2004	30
Barranqueira	2.326,04	79	20/01/1999	100
Ypê Roxo	1.247,00	30	31/12/1998	90
Jatobá	906,00	29	27/10/1997	80
Laranjeira I	10.944,00	123	24/02/1997	80
Laranjeira II	1.210,00	34	04/03/1997	85
Limoeiro	8.649,03	72	02/02/2002	96
Nova Esperança	1.695,28	51	15/12/1997	65
Paiol	16.067,41	250	24/02/1997	50
Katira	1.886,36	47	27/09/2003	80
Rancho da Saudade	2.407,46	47	19/12/1997	70
Sadia Vale Verde	12.191,03	449	12/12/1996	65
Sapicua	1.249,77	40	30/08/1999	68
São Luiz	4.033,73	29	14/12/1995	45
Facão/ Bom Jardim	4.782,46	170	27/03/2006	10
Água Boa				

Fonte: INCRA,2007. Organizado por Mileny Batista de Souza.

* Segundo o INCRA, este assentamento foi criado através do Crédito Fundiário.

Observa-se que entre os municípios pantaneiros, Cáceres é o que mais se destaca em áreas destinadas para assentamentos, totalizando 74.629,08 ha correspondendo a 1556 famílias assentadas. A implantação dos projetos de assentamentos é decorrente das lutas dos movimentos sociais, através de invasões e ocupações que resultaram na instalação das famílias.

Segundo Vieira (2005), algumas propriedades que se encontravam em estagnação e/ou decadência econômica, foram resguardadas a espera de valorização, com caráter especulativo o que motivou o interesse de movimentos sociais para região pantaneira, isso vem contribuindo para criação de assentamentos Município de Cáceres.

Nos assentamentos Corixinha, Katira, Água Boa e Bom Sucesso constata-se que a maioria dos entrevistados é oriunda do próprio município de Cáceres. Tal aspecto pode ser considerado relevante indicador do processo de transformação das áreas rurais pantaneiras.

Rossetto (2004), ao analisar o processo de modernização do Pantanal de Cáceres, discute as transformações nas técnicas de pecuária extensiva caracterizadas pelo aumento expressivo das pastagens exóticas em substituição às pastagens nativas e ressalta as novas exigências de qualificação da mão-de-obra. Para a autora, "... atualmente a mão-de-obra deve apresentar outras qualificações, como por exemplo, a habilidade de dirigir tratores, consertar máquinas e demais implementos utilizados no desmatamento, tais como tratores de esteira, semeadeiras e roçadeiras mecânicas" (op. cit. p. 198).

Assim, os antigos peões pantaneiros que não são absorvidos devido às novas exigências da atividade pecuarista passam a integrar os movimentos sociais de luta pela terra, criando acampamentos onde "... camponeses, peões e bóias-frias encontram na necessidade e na luta soldagem política de uma aliança histórica. Mais que isso, a evolução da ação organizada das lideranças [...], abre novas perspectivas para os trabalhadores (OLIVEIRA, 2001 p. 14).

As manifestações de resistência dos trabalhadores rurais são importantes nos estudos da questão agrária e estão relacionadas à expansão do capitalismo no campo. Os trabalhadores lutam pela efetivação dos assentamentos entendidos por Fabrini (2002) como

[...] um espaço que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, relações camponesas. Neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. Então, cabe compreender como as relações se realizam no espaço e como se torna condição de manutenção e produção de novas ou antigas relações (op. cit., p. 82-3).

As transformações observadas estão atreladas a processos macroeconômicos tais como os diversos programas/políticas públicas direcionados ao Pantanal e ao seu entorno que, de forma geral, apresentam resultados negativos para o ambiente natural, desconsideram os aspectos culturais presentes no modo de vida pantaneiro e excluem os habitantes locais dos processos decisórios. Nessa perspectiva, se faz necessário o entendimento dos novos contextos socioterritoriais presentes no Pantanal materializados no espaço geográfico como assentamentos da reforma agrária.

ASSENTAMENTOS CORIXINHA, KATIRA, BOM SUCESSO E ÁGUA BOA

A região onde se encontram os assentamentos é marcada pela Planície do Pantanal que é propícia para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Nesse contexto, os assentamentos estão inseridos a uma distância de aproximadamente 80 quilômetros de Cáceres - MT e cerca de 20 quilômetros de San Mathias na Bolívia.

Segundo o INCRA, todas as famílias ali assentadas foram cadastradas e selecionadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Algumas delas estavam acampadas no município e ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST ou ao Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso - MTA.

Após processo de seleção dos beneficiários, foi construído o Plano de Desenvolvimento do Assentamento PDA visando "... orientar os rumos e as ações para o desenvolvimento sustentável do assentamento. [...] elaborado de forma participativa pelas famílias assentadas, com a orientação de uma empresa ou entidade cadastrada e contratada pelo INCRA" (INCRA, 2001, p. 17).

A empresa contratada para execução do PDA foi a Cooperativa de Trabalho e Serviços Especiais dos Profissionais de Ensino não Formal de Cáceres - COOTREC que em parceria com os assentados, elaborou o referido projeto. Alguns assentados receberam os créditos vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que dá apoio financeiro para o custeio e investimento em atividades agropecuárias.

Entretanto, na averiguação e análise dos dados coletados constata-se problemas graves enfrentados pelos assentados.

No Assentamento Katira, as demarcações e serviços topográficos ainda estão em fase de execução. Observa-se que as unidades produtivas começam, mesmo assim, a receber o crédito de auxílio à construção de moradia, mas as famílias continuam em suas primeiras casas, construídas de madeira ou pau-a-pique.

Os entrevistados reclamam da demora com a finalização do assentamento, justificando dificuldades para permanecer na terra sem ter o auxílio financeiro para começar a produzir. Segundo o presidente da Associação dos agricultores, recém formada, várias famílias já desistiram e venderam o lote para terceiros dirigindo-se para a cidade ou para os acampamentos dos movimentos sociais.

A base econômica do Assentamento Katira reside principalmente na produção de abacaxi. Segundo um entrevistado, a produção que resulta em cerca de duas mil unidades será vendida para atravessadores por trinta centavos cada unidade.

O milho é um dos produtos mais cultivado no Assentamento Bom Sucesso, em virtude de suportar longos períodos com ausência de chuvas. A produção usualmente é vendida em Cáceres ou na beira da BR - 174 (que liga Cáceres a Porto Velho-RO), ou ainda utilizada para consumo familiar e alimentação de alguns suínos.

Grande parte dos assentados entrevistados mencionam as dificuldades para o escoamento da produção uma vez que a maioria não dispõe de veículo próprio. Os únicos meios de transportes são o ônibus ou as Vans que fazem a linha Cáceres/Corixa, divisa do Brasil com a Bolívia. O valor da passagem é R\$ 12,50 gastando com a ida e a volta de R\$ 25,00, quantia onerosa devido ao baixo preço da venda dos produtos na cidade e, em alguns casos, ausência de mercado.

Alguns assentados desenvolvem um comércio ainda tímido com a Bolívia, principalmente com San Mathias devido à proximidade geográfica. Vale destacar que a BR - 070 tem muito a contribuir para a comercialização com os países vizinhos, contudo, não há nenhum estímulo por parte das políticas públicas em relação à intensificação do comércio entre as populações que habitam a fronteira.

A prática apenas da produção de subsistência não garante a satisfação das necessidades básicas dos assentados, que acabam buscando atividades nas fazendas circunvizinhas como arrumar cercas, roçar o pasto entre outras, visando complementar a renda. Tais atividades podem ser denominadas de trabalho acessório e definidas por Schneider (2001, p. 13) "...como as formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses".

Segundo os entrevistados, é comum as pessoas dos assentamentos saírem a procura de serviços nas grandes fazendas, as diárias variam entre R\$ 12,00 a R\$ 20,00 reais dependendo do tipo de trabalho. O mais comum é receberem uma diária no valor de R\$15,00, conforme se confirmou nos Assentamentos Katira e Bom Sucesso.

Alguns moradores do Assentamento Katira almejam montar um laticínio ou comercializar a produção de leite em laticínios da região. O tesoureiro da Associação dos Produtores Agrícolas do referido assentamento ressalta a necessidade de mercado e de melhoria da forma de escoamento da produção.

O Assentamento Corixinha localiza-se apenas a umas dezenas de metros da fronteira com a Bolívia, mais especificamente cerca de 500 metros do povoado de San José de La Frontera. Segundo informações do Presidente da Associação de Produtores Rurais do Corixinha a base econômica local é a mandioca destinada à subsistência e à comercialização.

Apesar das famílias assentadas estarem em um município do Pantanal Mato-Grossense, o regime das cheias do pantanal não chega a prejudicar as atividades agrícolas, pelo contrário, é a ausência de chuvas na região que tem prejudicado a produção.

O Assentamento Corixinha foi projetado em uma área sem rios ou córregos. As primeiras soluções para resolver esse problema foram a construção de poços artesianos para captação de água subterrânea e/ou açudes para captação da água das chuvas, alternativas que fracassaram. Alguns trabalhadores rurais acharam a solução no armazenamento de água em galões ou caixas d'água que vão buscar nos assentamentos do entorno.

A falta de água reduz as possibilidades de plantio e criação. Entrevistados do Assentamento Bom Sucesso afirmam que perderam toda a última safra de arroz devido à falta de chuvas e no Assentamento Katira, alguns produtores chegaram a perder quase que 100% da roça de melancia em virtude da estiagem.

A ausência ou escassez de chuvas pode ser resultante da progressiva rapidez do desmatamento no Pantanal de Cáceres. Estudos realizados por Rossetto (2004) evidenciam que a retirada das pastagens naturais e sua substituição por forrageiras exóticas nas grandes fazendas de pecuária apresenta crescimento progressivo, fato que possivelmente interfere no ciclo sazonal de cheias, vazantes e secas característico do Pantanal Mato-Grossense.

A presença da força de trabalho familiar é elemento fundamental da produção camponesa. Mas foi uma prática relativamente pequena encontrada nas unidades produtivas. Entre as famílias entrevistadas pode-se constatar que não há relevante presença da mão-de-obra familiar, haja vista que parte dos filhos vão para a cidade de Cáceres estudar e muitos procuram trabalho na cidade, os que ficam ainda são pequenos e pouco podem auxiliar na lida cotidiana.

A falta de incentivo do governo também impede a produção numa escala maior, uma vez que os assentados não conseguem arcar com o ônus da produção, devido ao alto custo de maquinário e insumos. A parcial organização comunitária por meio de cooperativas e associações contribui com este contexto, pois não conseguem ensejar esforços coletivos na busca das soluções necessárias à melhoria da qualidade de vida e permanência na terra.

O Assentamento Água Boa difere dos assentamentos organizados pelo Incra pois está localizado em área com a presença de mananciais aquíferos e solo fértil. A escolha do local foi feita pelos próprios assentados que se organizaram para receber um financiamento via Banco da Terra.

O Banco da Terra foi criado pela Lei Complementar N° 93, de 4 de Fevereiro de 1998 com a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e assentamento rural de trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovassem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária.

De acordo com o Presidente da Associação dos Agricultores do Assentamento Água Boa, antes da concretização do assentamento houve uma espera de mais ou menos 18 meses, e somente após muitas reuniões é que foi liberado o financiamento. Ressalta ainda as dificuldades pois, para a liberação do crédito, foi necessário buscar a procedência de todos os cadastrados junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC. Como correlato, de um grupo de 170 pessoas apenas 75 foram selecionadas.

Os trabalhadores possuem um período de até 20 anos para quitar tal financiamento, estão organizados em uma Associação a qual tem a função de gerenciar a

comercialização da produção, bem como buscar recursos financeiros.

De modo geral as famílias assentadas produzem banana, mandioca, abacaxi, milho. Cerca de 45% das famílias entrevistadas desenvolvem a pecuária extensiva onde predomina o gado leiteiro. O leite é comercializado a 0,40 centavos o litro e é comprado no próprio assentamento por um atravessador do município vizinho de Curvelândia.

Contudo, é no plantio de bananas que reside a maior fonte de renda dos assentados. Toda a produção é vendida para Rondonópolis e Cuiabá. Os compradores vão buscar diretamente no assentamento e uma caixa de banana é comercializada por R\$ 12 reais.

Observa-se que há uma efetiva organização e controle por parte da Associação dos Assentados. Segundo informações de uma entrevistada, a associação facilita a comercialização da produção através de emissão de notas referente a carga/produção de cada assentado que recebe o valor exato produzido, facilitando a venda dos produtos em grande quantidade.

Além da comercialização de bananas e do leite algumas famílias vendem também o arroz, o milho, o feijão e a mandioca para os atravessadores que repassam para os mercados da região. Algumas famílias possuem ainda pequenas criações de aves, suínos e o cultivo de frutíferas como é o caso do abacaxi, da ata, da acerola destinados apenas para subsistência.

Os assentamentos rurais são muito importantes para a produção de alimentos dos municípios onde estão localizados e a qualidade de vida da população alvo da reforma agrária se encontra em nível superior ao restante dos trabalhadores rurais, apesar das diversas dificuldades que os assentados enfrentam.

Enfim, a regularização da posse para as famílias que trabalhavam em terras sobre as quais já haviam conquistado seus direitos e/ou a instalação de beneficiários sobre áreas reformadas, resulta em transformações de ordem econômica e ambiental além do surgimento de novos atores que emergem do processo de alteração da estrutura fundiária local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional e Estadual de Reforma Agrária avança em dados quantitativos, contudo, a qualidade de vida dos assentados, principalmente no que concerne à agregação de valor aos produtos e à logística de escoamento ainda necessita de investimentos substanciais.

Nos assentamentos em que a produção agrícola não prosperou, criam-se diferentes impasses, de um lado estão os produtores rurais que poderão abandonar a terra, de outro, está o poder público que, por sua vez, não é capaz de arcar com os custos sociais, a assistência técnica e acesso créditos. A situação descrita pode referen-

dar o insucesso do programa de acesso à terra via reforma agrária.

Os casos tratados no presente estudo apontam a capacidade, ainda que diferenciada, de geração de renda nessas unidades familiares. Pode-se afirmar que, na média, há uma geração de rendimentos que permite a reprodução dos assentados, embora a precariedade generalizada da infra-estrutura prevalecente nos assentamentos comprometa a qualidade de vida e a melhoria da base econômica.

A presença de assentamentos nos municípios localizados no Pantanal Mato-grossense, denota a reorganização territorial e sinaliza para a diminuição do número das seculares fazendas pantaneiras e o advento da modernidade. Resta questionar quais serão os efeitos de tais transformações para o ambiente e para o tradicional modo de vida do habitante do Pantanal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. P. **Estrutura fundiária, modernização e distribuição da renda na agricultura Matogrossense**. São Paulo: ESALQ, 1989. Dissertação (Mestrado Agricultura), Universidade de São Paulo, 1989.

ARRUDA, G. P. **Um trecho do oeste brasileiro** - São Luiz de Cáceres, Mato Grosso. Rio de Janeiro: Borsói, 1938.

BORGES, F. T. de M. **Do extrativismo a pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)**. Cuiabá: Gênesis, 1991.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai - PCBAP**. Análise Integrada e Prognóstico da Bacia do Alto Paraguai. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA, 1997-a. v. II, tomo IV.

CORRÊA FILHO, V. **Indústrias Matogrossenses**. Monografias Cuiabanas. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1945. v.V.

_____. **Pantanaís Matogrossenses** (devassamento e ocupação). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1946.

_____. **Fazendas de gado no pantanal mato-grossense. Documentário da vida rural n. 10**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

FABRINI, J.E. O Projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre: Geografia, Movimentos Sociais e Teoria**. v.2, n.19. SP; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. p.75-94.

MATO GROSSO. **Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005**. Disponível em: <http://www.anu.seplan.mt.gov.br/anuario2005/caractersticas_estado/plan1-5-2-B.htm> Acesso em: 21/06/2007.

MAZZA, M. C. M.; MAZZA, C. A.S.; SERENO, J. R. B. **Etnobiologia e conservação do bovino pantaneiro**. Corumbá: EMBRAPA - CPAP, Brasília: EMBRAPA - SPI, 1994.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, L. Sanches (org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

PASSOS, Messias M. **Perspectivas de eco-história aplicada ao estudo da paisagem**. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2001.

ROSSETTO, O. C.; BRASIL JÚNIOR, A. C. P. Cultura material e modernização econômica: elementos para discussão da sustentabilidade ambiental dos Pantanaís Mato-grossenses. In: _____. (orgs). **Paisagens pantaneiras e sustentabilidade ambiental**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Universidade de Brasília, 2002-a. p. 15-36.

_____. Entre cheias e vazantes: características históricas da ocupação e sustentabilidade do Pantanal Mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, v. 59, p. 91-112, 2002-b.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **“Vivendo e mudando junto com o Pantanar...”**: um estudo das relações entre as transformações culturais e a sustentabilidade ambiental das paisagens pantaneiras. 223 p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2004.

SIQUEIRA, E. M.; COSTA, L. A.; CARVALHO, K. M. C. **O processo histórico em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1990.

SIQUEIRA, E. M. **A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações avulsas n.1, 1997.

SOUZA JÚNIOR, A. **Fronteiras flutuantes**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1954.

VIEIRA, V. H. O. Transformação Espacial do Município de Cáceres/MT, sob Influência dos Assentamentos Rurais. Cuiabá: UFMT, 2005. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, 2005.